



## **À LUZ DO PENSAMENTO CRÍTICO: REFLETINDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO**

Luiz Eduardo da Silva<sup>1</sup>  
Diego da Silva Borges<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho é uma contribuição teórica motivada pelo anseio por uma sociedade alicerçada no pensamento crítico e transformador com o intuito de possibilitar novas leituras e interpretações acerca das transformações no atual mundo, cada vez mais, globalizado. Em meio ao questionamento de sua dinâmica e organização, principalmente no que diz respeito as relações ambientais, o estudo, fundamentado na discussão de referenciais bibliográficos, tem o objetivo de contribuir com a reflexão acerca do quadro ambiental visto em diferente escalas, resgatando o contexto histórico desde meados do século XX e evidenciando o marcos da questão ambiental e o surgimento da educação ambiental – uma nova forma de ler o espaço e as relações inerentes a ele. Estamos produzindo um mundo que nenhum de nós deseja e a percepção dos problemas ambientais, bem como a procura de alternativas para a construção de uma sociedade transformada e crítica mediante os fatos e atitudes que nos cercam. Os resultados deste breve estudo nos mostra como a educação ambiental, juntamente ao seu arcabouço teórico e prático - além de seus princípios e finalidades - se destaca como um dos caminhos para a conscientização e transformação social por meio de práticas educativas na busca de reconciliar a relação sociedade e natureza que há décadas tem sofrido os males do divórcio.

**Palavras-chave:** Relações socioambientais; Transformação; Educação ambiental.

### **INTRODUÇÃO**

A sociedade contemporânea presencia, há tempos, os resultados da dissociação entre o homem e a natureza há anos. O quadro de degradação ambiental que observamos hoje é fruto de influências múltiplas, das quais podemos destacar a compreensão do significado da natureza para o homem é uma delas. Ao longo da história, construiu-se a concepção de hierarquização da natureza, sendo o homem de espírito dominador, sobrepondo-se a natureza, enxergando-a como fonte ilimitada de recursos à disposição de suas necessidades e submissa às suas ações mediadas pela técnica e pelo trabalho. A nível

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, [luiz.dus97@gmail.com](mailto:luiz.dus97@gmail.com);

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, [diego98borges@gmail.com](mailto:diego98borges@gmail.com);



ilustrativo, se a natureza pudesse escolher um caminho para trilhar, não restam dúvidas que não escolheria o que trilhou até aqui.

A questão ambiental, debate crescente nos últimos anos, sobretudo a partir de meados do século XX, vem marcando presença nas pautas de debates e conferências em diferentes escalas planetárias. Nos diferentes espaços de diálogo, a discussão acerca da degradação ambiental, bem como medidas e práticas educativas - numa tentativa de harmonizar os impactos gerados pela dissociação do binômio homem-natureza - ganham espaço de debate e, em meio a isso, surge a educação ambiental como um caminho de reflexão, uma lente para olhar e compreender o mundo e suas relações a partir de amplas perspectivas, ler as escritas espaciais diante da globalização

É inegável que mediante o avanço tecnológico, a informação ocupa com ampla frequência e fluidez os mais diversos espaços. Interpretarmos tais informações e asserções que circulam entre nós pode ser o substrato para entendermos a materialidade do espaço, compreendendo assim as paisagens evidentes e captáveis por nossos sentidos e interpretando-as sob a luz da subjetividade. A necessidade de sermos e possuímos o espírito crítico como uma espécie de defesa intelectual é indiscutível para construção de uma nova sociedade justa e democrática, que analise o espaço e suas relações a partir das contribuições da educação ambiental, buscando restabelecer o reconhecimento daquilo que o homem nunca deixou de ser: natureza.

Sendo assim, o objetivo deste estudo, a partir da discussão de referenciais teóricos como metodologia, é contribuir com a reflexão acerca das questões ambientais, bem como o surgimento da educação ambiental, sendo essa um dos caminhos para transformação social.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para o bom funcionamento de uma sociedade democrática, o ato de pensar criticamente mediante as ideias, crenças e argumentos dispostos na pluralidade das relações sociais, bem como avalia-los de acordo com as razões e evidências apresentadas em suporte a eles, é fundamental e deve ser uma característica diretamente ligada à sua manutenção (GUZZO; GUZZO, 2015).



Presumir a construção de uma sociedade democrática sem enxergar o pensamento crítico como uma particularidade imprescindível de sua completude, nos condiciona como seres humanos vulneráveis em uma época de grande fluxo de informações e asserções falsas que são apresentadas como verdades. O desenvolvimento do pensamento crítico e, mais do que isso, do espírito crítico, nos fornece um mecanismo de defesa intelectual que nos permite ver o atual mundo globalizado com novos olhares e construir novas leituras do espaço geográfico, avaliando suas ideias, dinâmicas e organização de modo mais razoável e coerente.

Contribuindo com as ideias, Castro (2014, p. 25) discorre que o criticismo, implica no “questionamento ou na interrogação exaustiva sobre algo, até que se encontre o fundamento ou o alicerce capaz de suportar o argumento, entendido como a expressão verbal do raciocínio”. A ideia de questionar as ideias propagadas, se autoquestionar, as relações dispostas no espaço, os protagonistas de tais relações, são algumas características importantes para entender o espaço em sua totalidade.

Há algumas décadas, John Dewey, filósofo americano, já alertava sobre a necessidade de uma sociedade fomentada pelo espírito crítico diante do crescente volume de informação. A globalização e o período técnico-científico-informacional ressignificaram os espaços (SANTOS, 1999). O desenvolvimento das técnicas, a fluidez das informações em diferentes escalas, a requalificação dos espaços, entre outras características, trouxe novas configurações espaciais a partir da década de 1970 com o “boom informacional” ampliado e possibilitado pela própria técnica, o que levou a necessidade cada vez maior de indivíduos com espírito crítico para o fortalecimento de uma vida em sociedade democrática, comprometida com a honestidade e a clareza quando relatam fatos ou trocam informações (FRANKFURT, 2007).

Olhar para o espaço geográfico com as lentes do criticismo nos permite entender as relações nele existentes, enxergando sua organização e dinâmica.

Os esforços para a definição do conceito de espaço geográfico – objeto de estudo da Geografia – vieram de diferentes autores. De forma geral, alguns autores como Corrêa (1982) que definiu o espaço geográfico como a morada do homem, espaço que abrange toda a superfície terrestre; Moreira (1982) que entende o espaço geográfico como a estrutura de relações sob determinação do social – o espaço como expressão material da sua essência, que é a própria sociedade que o compõe; e Santos (1999) que trata o espaço



geográfico como a “acumulação desigual de tempos”, o espaço visto como “a matéria por excelência”, a “segunda natureza”, sendo a relação homem/natureza o fator determinante de tais transformações, trouxeram contribuições grandiosas para o campo teórico de discussão e, assim, subsidiaram estudos e caminhos para construção de novos saberes no que diz respeito ao espaço geográfico e demais abordagens pertinentes.

O entendimento das relações dispostas no espaço, bem como a sua compreensão de maneira crítica e questionadora – seja das ações, ideias e afins – proporciona ao indivíduo, além de um mecanismo de defesa intelectual, novas leituras e interpretações acerca das transformações no espaço geográfico a partir do questionamento de sua dinâmica e organização. O intuito de iniciar o estudo introduzindo questões sobre o pensamento crítico foi de despertar a necessidade de olhar determinadas questões ao nosso redor que precisam ser vistas por outras perspectivas e novos olhares. A questão ambiental é uma delas e também o objeto de dedicação a esse estudo.

Diante de um debate emergente há tempos, compreender os caminhos da questão ambiental e buscar alternativas diante da manifestação perversa do modelo de produção capitalista é de extrema necessidade. A partir deste ponto, iremos andar no caminho da questão ambiental, evidenciando momentos pontuais da história em diferentes escalas geográficas e as possibilidades para defendermos aquilo que somos parte – a natureza – não deixando de lado as contribuições teóricas anteriores que iniciaram essa breve discussão.

## **O ESTRADAR DA QUESTÃO AMBIENTAL – AS MARCAS, OS CAMINHOS E AS POSSIBILIDADES**

Desde o surgimento do homem, do Quaternário até a organização da sociedade contemporânea, inúmeras foram as transformações no espaço em diferentes escalas. As marcas resultantes das relações desarmônicas entre a sociedade e natureza nunca cicatrizaram e, pelo contrário, encontram-se cada vez mais expressivas diante de tamanha perversidade e manifestação do processo de produção capitalista. A dinâmica e reprodução do capital em suas diferentes escalas geográficas de manifestação aprofundou e aprofunda cada vez mais as injustiças sociais, ambientais e de diferentes ordens, resultado de um divórcio que há tempos fez o homem separar de si mesmo.



Nas palavras de Bernardes e Ferreira (2009, p.17),

A compreensão tradicional das relações entre a sociedade e a natureza desenvolvidas até o século XIX, vinculadas ao processo de produção capitalista, considerava o homem e a natureza como polos excludentes, tendo subjacente a concepção de uma natureza objeto, fonte ilimitada de recursos à disposição do homem.

Com base na concepção de que o homem e a natureza são unidades distintas, no qual a segunda se encontra submissa às ações antrópicas, Bernardes e Ferreira (2009, p.17) contribuem discorrendo que a partir dessa ideia,

Desenvolveram-se práticas, por meio de um processo de industrialização, em que a acumulação se realizava por meio da exploração intensa dos recursos naturais, com efeitos perversos para a natureza e os homens.

A partir das Revoluções Industriais, as relações de produção e consumo passaram a ser a maior ameaça possível à natureza. A exploração das reservas naturais e minerais para atenderem as demandas da produção industrial e atingir níveis produtivos e de consumo jamais vistos na história provocaram tensões acerca das consequências e das condições futuras para a existência da vida humana e das demais espécies e gerações de seres vivos.

Questões ambientais destacadas nesse período - como o esgotamento dos recursos naturais acelerado pela exacerbada exploração do capital e o reconhecimento de que o crescimento econômico começava a se revelar insustentável – alicerçaram pautas das primeiras reuniões e conferências acerca dos prejuízos ambientais decorrentes do desenvolvimento capitalista desenfreado e predatório.

Relacionando tal contexto, no ano de 1968, o consumo, a exploração das reservas de recursos naturais não-renováveis e o crescimento da população mundial até o século XXI foram pauta da discussão do Clube de Roma, na Itália, em uma reunião de cientistas de países industrializados e em via de industrialização.

Contribuindo com a discussão, Reigota (2009, p.16) discorre que



As conclusões do Clube de Roma deixaram clara a necessidade urgente de se buscar meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e de procriação.

Não seria a primeira e muito menos a última reunião pautada nas questões ambientais. As preocupações haviam ultrapassado a epiderme da natureza e a situação já alarmava um futuro instável no que diz respeito ao quadro ambiental nas mais diversas escalas.

Diante de toda discussão provocada no Clube de Roma e a inserção do debate ambiental a nível planetário, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, em Estocolmo, Suécia, realizou a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. No mesmo contexto das questões ambientais, o tema debatido foi a poluição ocasionada principalmente pelas indústrias. Podemos destacar nessa reunião a posição do Brasil e da Índia “que viviam na época ‘milagres econômicos’, e defenderam a ideia de que ‘a poluição é o preço que se paga pelo progresso’ (REIGOTA, 2009, p.17). Esses dois países não só defenderam o progresso acima dos problemas ambientais, mas também permitiram a “instalação de indústrias multinacionais poluidoras, impedidas ou com dificuldades de continuarem operando nas mesmas condições que operavam em seus respectivos países” (REIGOTA, 2009, p.18). Para ambos, as consequências futuras exibiriam o reflexo da defesa desse argumento.

Em Estocolmo, podemos dizer que foi o despertar do que viria se denominar Educação Ambiental. Nessa conferência, uma das considerações que se chegaram e que podemos destacar foi a de educar os cidadãos para a solução dos problemas ambientais - uma proposta de identificar as problemáticas e buscar alternativas para solucioná-las.

Um dos marcos da participação cidadã no que se refere as discussões ambientais foi na Rio-92. Logo após a Conferência de Estocolmo, a Rio-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento –, realizada no Rio de Janeiro, teve destaque para a participação da sociedade civil que incluiu a pauta ambiental na agenda política planetária, um fato importante no que se refere a visibilidade dos desafios que deveriam ser resolvidos articulando sociedade e soluções frente aos problemas ambientais.



Contribuindo com o contexto, Reigota (2009, p.19) discorre que

Nessa agenda política planetária, a afirmativa da necessidade da participação e da intervenção dos cidadãos e cidadãs deixou de ser apenas um discurso bem-intencionado e conquistou um importante protagonismo. Nesse sentido, a “formação” do cidadão e da cidadã para atuar diante dos problemas e desafios ambientais adquiriu visibilidade pública, e a Educação Ambiental deixou de ser conhecida e praticada apenas por pequenos grupos de militantes.

Dos resultados da Rio-92, podemos destacar a Agenda XXI – documento assinado em 14 de junho de 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com a finalidade de ser um instrumento de planejamento participativo, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Ademais, destaca-se a elaboração do Tratado sobre a Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, o qual se tornou referência, uma vez que foi elaborado por educadores ambientais, jovens e pessoas ligadas ao meio ambiente de vários países do mundo e se pautava em princípios e ações voltadas a educação ambiental.

Adiante, em 2002 na África do Sul, foi realizada pela ONU a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida por Rio+10. Novamente a participação da sociedade foi um destaque dentro do encontro em Joanesburgo - com maior organização, conhecimento científico amplo de questões como energia limpa, democratização do acesso à Justiça, universalização do saneamento básico entre outros pontos.

Além de revisarem algumas metas propostas na Agenda XXI, os líderes de 189 países, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais representantes da sociedade civil, concentraram suas discussões no desenvolvimento da sociedade e na preservação do meio ambiente para as gerações futuras, especialmente em áreas carentes de maior esforço para implementação das metas da Agenda XXI.

O desenvolvimento da sociedade no que se refere à diminuição da pobreza e miséria, gestão dos recursos naturais, direitos dos cidadãos e a participação política da sociedade civil diante da resolução dos problemas ambientais foram importantes abordagens da Rio+10, além de possibilitar aos cidadãos e cidadãs do continente africano



uma participação ativa, apresentando os resultados da inúmeras guerras civis, a forte contaminação pelo vírus HIV e as condições de extrema pobreza e miséria da população de alguns países (REIGOTA, 2009).

Acerca dessa conferência existem diversas críticas relacionadas a sua efetividade. De um lado alguns analistas acreditam que foi um fracasso por não ter possibilitado o avanço das pautas deliberadas no Rio de Janeiro, porém outros dizem que foi um momento de encontro e debates importantes para discutirem inúmeras questões envolvendo a sociedade e os problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos enfrentados em diferentes escalas

O que podemos perceber até aqui é que a partir de 1970, a consciência ecológica veio aumentando e ganhando apoio, gerando políticas públicas, leis ambientais e propostas voltadas à alteração do quadro de destruição visto em todo o planeta desde então. A realização de debates, conferências e encontros foram fundamentais para o conhecimento do cenário global diante da degradação do meio ambiente, pois possibilitaram uma divulgação ampla das questões ambientais, dando uma maior visibilidade às problemáticas existentes e os riscos futuros que comprometerão as próximas gerações.

Outro ponto destacado é que a Educação Ambiental esteve presente nesses momentos, tanto nas conferências quanto nos documentos e propostas dessas reuniões e, além disso, foi praticada por meio de ações dos movimentos sociais, educadores e educadoras, militantes e a sociedade civil no geral em diferentes lugares do mundo.

Nas diversas escalas, a Educação Ambiental se insere como um mecanismo de defesa contra os agravantes do quadro ambiental. Entenderemos a seguir, nos resultados desse estudo, como ela pode ser tal mecanismo e de que forma ser um caminho transformador.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para definirmos o que chamamos de Educação Ambiental, é importante conhecermos algumas correntes filosóficas para compreendermos suas diferentes abordagens. Não se trata de um exercício de conceituar, mas sim de apresentar alguns



princípios de determinadas correntes, especialmente a corrente conservacionista/recursista e a corrente ambiental crítica.

Um argumento muito presente na EA em suas primeiras décadas era de que ela estava totalmente ligada com o conhecimento, a conservação e a proteção das espécies vegetais e animais - o que nos remete a uma exclusiva aproximação da Ecologia e Biologia. As preocupações com essas questões são realmente importantes, entretanto, alguns outros fatores deveriam estar presentes para a compreensão do desaparecimento dessas espécies, como, por exemplo, a própria estrutura político-econômica e os problemas sociais resultantes desta.

Cartografrando as correntes da Educação Ambiental, Sauv  (2005) identifica essa corrente como conservacionista/recursista, na qual a preocupação estaria voltada para a conservação dos recursos ainda existentes. Seria, portanto, definida como “uma educa o para conserva o”.

Dialogando com as ideias, Pelicioni e Philippi-Jr (2014, p.5) discorrem que

Aos poucos foi ficando claro que a Ecologia, por si só, não daria conta de reverter, impedir ou minimizar os agravos ambientais, os quais dependem de forma o ou mudanças de valores individuais e sociais que devem expressar-se em a oes que levem   transforma o da sociedade por meio da educa o da popula o.

Para uma abordagem cada vez mais ampla dos processos e rela oes existentes entre a sociedade e a natureza, a Educa o Ambiental deveria estar pautada não somente na Ecologia, mas também em outras áreas do conhecimento cientifico que permitissem uma visão holística dos fen menos agravantes do quadro ambiental observado em todo planeta.

Em meio as discussões de Pelicioni e Philippi-Jr (2014, p.5),

A partir dessa ideia, a Educa o Ambiental subsidia-se de conhecimentos advindos da Ecologia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, entre outras, mas sempre tendo como base a educa o e a Pedagogia para elabora o de metodologias e métodos práticos.

Em contraposi o a abordagem da corrente conservacionista/recursista, muito presente nos primórdios da EA, Reigota (2009, p.11) contribui discorrendo que



A Educação Ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos.

A partir dos compromissos da Educação Ambiental, ainda segundo Reigota (2009), seria fundamental compreender as relações políticas, econômicas, sociais e culturais para identificarmos as realidades e problemáticas ambientais existentes que são resultados da articulação dos sujeitos dessas mesmas relações.

Corroborando com a discussão, Sauv  (2005, p.30) discorre a respeito da abordagem da Educação Ambiental numa perspectiva da corrente crítica, que dialoga com as concep es de Reigota (2009) quanto a EA, onde,

Essa corrente insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais: análise de intenc es, de posi es, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de a es dos diferentes protagonistas de uma situa o. Existe coerência entre os fundamentos anunciados e os projetos empreendidos? Há ruptura entre a palavra e a a o? Em particular, as rela es de poder são identificadas e denunciadas: quem decide o quê? Para quem? Por quê? Como a rela o com o ambiente se submete ao jogo dos valores dominantes? Qual   a rela o entre o saber e o poder? Quem tem ou pretende ter o saber? Para que fins? As mesmas perguntas são formuladas a propósito das realidades e problemáticas educacionais, cuja liga o com as problemáticas ambientais dever ser explícita: a educa o   ao mesmo tempo o reflexo da dinâmica social e o cadinho das mudanças.

No estradar da discussão, o que se percebe   que a Educa o Ambiental se enriquece teoricamente a partir do momento em que várias áreas do conhecimento científico dialogam-se, possibilitando uma ampla discussão no que se refere a uma EA crítica com um olhar transformador da realidade e uma visão holística do mundo globalizado.

Partindo dessa concep o, a Educa o Ambiental deve abarcar em seus princípios a finalidade de preparar os cidadãos e cidadãs para refletir criticamente sobre a sociedade e as demais rela es intr secas a ela, buscando a es corretivas, ou “transformadoras do



sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos” (PELICIONI; PHILIPPI-JR, 2014, p. 3).

Contribuindo com a discussão, Reigota (2009, p.11) reforça que:

A Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para construir uma sociedade com justiça social, cidadania, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

Mello e Souza (2000, p.25) corroboram identificando o papel da Educação Ambiental, devemos compreendê-la não como uma disciplina, mas como “a síntese criativa de uma abordagem nova, de caráter transdisciplinar, sustentada pelas informações e saberes acumulados, dispersos pelas diversas especialidades”.

A Educação Ambiental deve orientar-se para a comunidade para que ela possa definir quais os critérios, os problemas e as alternativas que serão tomadas, democraticamente, para possibilitar a mudança da realidade e a melhoria da qualidade de vida para todos os seres vivos. Por meio de práticas educativas /pedagógicas nos diferentes espaços - formais ou informais - , no qual estamos em constante processo de ensino-aprendizagem, a Educação Ambiental deve ter objetivo de desnudar a realidade para que os indivíduos, a partir de uma visão crítica, ponderem os fatos, compreendam e relacionem as causas e consequências acarretadas das relações de diferentes sujeitos no espaço geográfico tendo em mente que “os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles virão as soluções. Estas não serão obras de gênios, de políticos ou tecnocratas, mas sim de cidadãos e cidadãs” (REIGOTA, 2009, p. 15).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É a partir do pensamento crítico, aliado a Educação Ambiental, que podemos enxergar possibilidades de ler o espaço geográfico em sua pluralidade escalar e sua origem sistêmica, então, compreender as demais problemáticas que o cerca, buscando soluções e alternativas para a construção de uma sociedade democrática no que diz respeito as relações socioambientais que há tempos grita por reflexão. Ademais, a Educação Ambiental, mediante o seu papel transversal no ensino formal, deve, gradativamente, abarcar questões de forma crítica nas mais diversas áreas do conhecimento, estando presente, cada vez mais, em diferentes discussões, contribuindo assim para a construção de um saber que vai além do escolar e acadêmico, que é a



formação do saber cidadão – a formação cidadã – proporcionando ferramentas de defesa intelectual a partir do mundo atual globalizado.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, J.A; FERREIRA, P.M. Sociedade e Natureza. In: GUERRA, J.T.; CUNHA, S. B.. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.17- 41.

CASTRO, Gabriela. Pensamento Critico e Filosofia. **Pensamento Critico na Educacao: Perspectivas atuais no panorama internacional**, p. 25-28, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico:algumas considerações. In: SANTOS, Milton(Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. SãoPaulo: Hucitec, 1982.

FERRANO-JUNIOR, Recifes, arquipélago, faróis e portos: navegando no oceano de incertezas da educação ambiental. In: LAYRAGUES, P. P. *et al.* **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 162-185.

FRANKFURT. H. **Sobre a verdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUZZO, Valdemir; GUZZO, Guilherme Brambatti. O pensamento crítico como ferramenta de defesa intelectual//Critical thinking as a tool of intellectual defense. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 20, n. 1, p. 64-76, 2015.

MELLO E SOUZA, Nelson. **Educação Ambiental: Dilemas da Prática Contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Thex, 2000.

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In:SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2014.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3 ed. São Paulo:Hucitec, 1999. [1996].

SANTOS, M. **A natureza do espaço: globalização e meio técnico científico e informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental.In: SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. p. 17-44.